

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO DEBATER SOBRE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026 – “FRATERNIDADE E MORADIA”, COM O LEMA “ELE VEIO MORAR ENTRE NÓS” (JO 1,14).

Senhor(a) Presidente

Com fulcro no artigo 20, inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, apresentamos **REQUERIMENTO** à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, para deliberação em sessão plenária de **AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO DEBATER SOBRE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026 – “FRATERNIDADE E MORADIA”, COM O LEMA “ELE VEIO MORAR ENTRE NÓS” (JO 1,14).**

JUSTIFICATIVA

A temática proposta dialoga diretamente com a realidade social do Município de Cuiabá, onde questões relacionadas ao déficit habitacional, ocupações irregulares e vulnerabilidade social demandam reflexão e ação integrada entre poder público e sociedade civil.

A campanha tem foco no direito à moradia digna, a iniciativa busca combater a exclusão social, a precariedade habitacional e a especulação imobiliária, destacando a moradia como direito fundamental e essencial para a dignidade humana.

A realização da audiência pública proporcionará espaço democrático para discussão, escuta da população, participação de representantes religiosos, movimentos sociais, especialistas, autoridades municipais e demais interessados, visando à construção de propostas e encaminhamentos que fortaleçam políticas públicas voltadas à garantia do direito à moradia digna.

Dessa forma, solicito a aprovação deste requerimento e a devida inclusão da Audiência Pública em data a ser definida por esta Presidência, com ampla divulgação institucional.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 13 de fevereiro de 2026.

Prof. Mario Nadaf (Câmara Digital) - PV

Vereador(a)





CÂMARA MUNICIPAL DE

CUIABÁ

**Processo
Eletrônico**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3500310033003800360039003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

